

ESTADO E ACADEMIA CONTRIBUEM COM O FORTALECIMENTO DOS NOVOS MODOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

Paula Ferreira da Silva¹

Resumo: O artigo trata da reflexão sobre como a produção cultural alternativa é trabalhada/discutida em evento Estatal e Acadêmico no âmbito de políticas e práticas culturais. O trabalho destaca o modo de produção dos próprios eventos enquanto possíveis espaços políticos e democráticos e aponta noções sobre participação política, cultural e sobre modos de produção cultural alternativo a partir da vivência e do estudo de cunho bibliográfico. Visa contribuir com apontamentos sobre desenvolvimento, encaminhamentos e avanços de eventos que fomentam a produção cultural que podem servir como meio de aproximar, auxiliar e fortalecer novos modos de produção cultural.

Palavras-chave: Política cultural. Produção Cultural. Modos de produção cultural alternativos.

INTRODUÇÃO

Ao participarmos de três eventos enquanto espaços democráticos e de fomento ao debate de políticas culturais e novos modos de produção cultural buscamos articular conceitos estudados na disciplina "Literatura, cultura e modos de produção"² para refletir sobre o modo de produção desses eventos, caracteristicamente distintos, mas com temáticas e discussões entrelaçadas.

A questão norteadora surgiu com o intuito de entender; como eventos dessa espécie podem contribuir para fortalecer efetivamente novos modos de produção cultural alternativos? Dessa questão chave emergiu outra inquietação; é efetivo como o estado e a academia concebe ações para potencializar a participação política e cultural de produtores culturais alternativos?

O primeiro evento foi o *Curso de Extensão³ de Formação em Políticas Culturais* organizado pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) realizado em Salvador-BA de junho a agosto de 2016. As atividades ocorreram em dez encontros com carga horária de 30 horas. O intuito, segundo a organização, foi oportunizar para estudantes e profissionais da cultura, o compartilhamento e construção de conhecimento como sendo uma importante ação que contribuirá para o funcionamento qualitativo do âmbito da cultura. A cada encontro era explanado uma temática específica: cultura e desenvolvimento, economia da cultura, direitos e legislações culturais, redes culturais, políticas culturais no Brasil, canais de participação

¹ Pedagoga e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Washington Drummond. Endereço eletrônico: paulamorenaproducoes@gmail.com.

² Disciplina do Pós-Crítica/UNEB ministrada pela professora, Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira, no semestre 2016.1, cujo recorte desse paper advém do artigo de conclusão dessa disciplina.

³ Curso ampliado para o público externo, antes ocorria apenas para os integrantes e pesquisadores do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

cultural, planos de cultura, sistemas de cultura, redes culturais e políticas de financiamento e fomento à cultura. Participaram profissionais da cultura, estudantes, Mestres e Doutores da área da cultura e afins.

O segundo foi o *VIII Colóquio Modos de Produção e Circulação Cultural*⁴ em parceria com o *I Colóquio Metodologias em Crítica Cultural e seus Modos de Produção*⁵ organizado pelo Programa de Mestrado em Crítica Cultural (Pós-Crítica) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que ocorreu em julho de 2016 na Comunidade do Buri em Alagoinhas-BA. Os Colóquios tiveram como objetivo aproximar a comunidade acadêmica da coletividade do Buri com a realização do evento na própria localidade construindo um espaço pedagógico não instituído como normalmente acontece em Colóquios Acadêmicos, assim, subvertendo a lógica de práticas organizacionais e discursivas. O intuito foi debater sobre as problemáticas percebidas no contexto social do Buri e dar visibilidade às produções culturais minoritárias, promovendo assim, um espaço de encontros e debates teóricos e metodológicos com a comunidade, sobretudo, com artistas, produtores de cultura, estudantes e interessados pelo debate sobre as experiências locais de produção e distribuição alternativa.

O terceiro e último evento foi o *III Encontro de Política e Gestão Culturais da Bahia* promovido pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), realizado nos dias 09 e 10 de agosto de 2016 em Feira de Santana-BA. O encontro se deu a fim de proporcionar "a participação social na formação de políticas culturais para a cultura da Bahia" e o engajamento da comunidade cultural da Bahia para que redes fossem reativadas, temas das políticas culturais atualizadas, públicos mobilizados, inovações apresentadas e diálogos fortalecidos. Simultaneamente, após abertura, ocorreram vários *Fóruns*⁶ com pautas específicas para interação com a comunidade cultural inovando com a criação do I Fórum de Gestores Sociais da Cultura da Bahia e do I Fórum de Espaços Culturais da Bahia, com isso, criar uma rede de gestores sociais de cultura da Bahia e fomentar possíveis avanços nas políticas culturais a partir da participação social. Houve presença de representantes de diversos municípios, microrregiões e regiões da Bahia, de instituições, universidades, da sociedade civil, de Pontos de Cultura, de Conselhos de Cultura, professores, estudantes, pesquisadores/mestrandos, assessores de políticos e intelectuais. Duas novidades foram apresentadas na ocasião, os programas "Municípios Culturais" e "Escolas Culturais". O evento faz

⁴ O Colóquio "Modos de Produção e Circulação Cultural" surgiu a partir de reflexões na disciplina "Literatura, cultura e modos de produção".

⁵ Colóquio pensado na disciplina "Metodologia da pesquisa em crítica cultural" ministrada pelos professores; Dr. Osmar Moreira dos Santos e Dra. Maria Neuma Mascarenhas Paes.

⁶ XI Fórum de Cultura da Bahia; VIII Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia; III Fórum de Conselhos Municipais de Cultura da Bahia; III Fórum de Legisladores Culturais da Bahia; além da primeira edição de duas novas frentes, o I Fórum de Gestores Sociais da Cultura da Bahia e o I Fórum de Espaços Culturais da Bahia.

parte da estratégia da Secretaria de Cultura do Estado enquanto instância de consulta, participação e controle social.

1 PONTOS DE CRUZAMENTO

Os eventos, mesmo apresentando características distintas, possibilitaram vozes serem proferidas e ouvidas, principalmente, a de produtores e gestores culturais. Contribuíram na construção de canal de participação; criação de novas redes culturais e fortalecimento das existentes; discussão de novas propostas de políticas públicas para cultura; escuta de problemáticas e proposições coletivas para possíveis resoluções.

Outros pontos em comum observados nas discussões ocorridas nos três eventos enquanto espaços de formação e reflexão de práticas, logo, lugar propício para mobilizações e participação política e social, foram pontuações acerca das deficiências nas políticas públicas culturais, nos modos precários de organização da produção cultural e da necessidade de formação e qualificação para os agentes e gestores culturais. Nos momentos de escuta dos participantes sempre emergiram provocações e posicionamentos de ativistas culturais impulsionados em "cobrar" do estado e da academia retorno dos desdobramentos dos debates, ou seja, resultado das discussões.

No *Colóquio*, a fala de uma das professoras convidada a relatar sobre seus enfrentamentos na escola da zona rural, principalmente, sobre a insatisfação com o livro didático que recebem sem nenhum envolvimento na escolha, ela indagou sobre "o que ocorreria após o evento?". Uma artista e produtora cultural também questionou no *Encontro*, "qual será o papel do estado após a criação de redes de gestores culturais? Foi perceptível o interesse e a preocupação com resultados do que foi debatido, com a efetividade dos encaminhamentos e resoluções. Entretanto, a partir disso, observamos o envolvimento do público participante ao se deparar em eventos que tentaram "quebrar" paradigmas discutindo sobre outras maneiras de produzir, implementando novos modos, e fortalecer as já existentes.

Como negar que é preciso observarmos como se dá o exercício de práticas alternativas por quem propõe discussões sobre elas? Não podemos esquecer que deva ser difícil romper barreiras em espaços institucionalizados quando a disciplinaridade, a estética de organização, o enquadramento de salas de aula formais, entre outras questões, engessa as propostas de eventos e corroboram para inviabilizar ações que "fogem" do padrão hegemônico de eventos engendrados. Por isso, também refletimos sobre o modo de como os eventos foram organizados, ou mesmo, propostas e intenções de unir forças e contribuir com a organização do campo e circulação da produção cultural.

No *Curso de Formação* observamos a preocupação com a formação de uma rede continuada de divulgação de materiais de estudo e informações sobre eventos periódicos. No *Colóquio*, a própria proposta de romper com a lógica de evento enquadrado num espaço formal, também, com a ida a campo, ao encontro com a comunidade promovendo um novo modo de produção alternativo com inovação na pauta, na organização, na proposta de formação, estrutura e convidados enquanto público alvo, nos mostra um novo modo de produção alternativa possível. No *Encontro*, nos chamou atenção, o fato de diversos *Fóruns* ocorrerem simultaneamente, e com proposta de aproximar o público em seu determinado foco, ou seja, agentes e gestores culturais puderam ser escutados e envolvidos nas proposições e desdobramentos experienciando o trabalho coletivo e gestão participativa.

Como proposições a serem implementadas, apareceu nos discursos dos fomentadores e participantes algumas preocupações: necessidade de ampliar e melhorar cada vez mais os encontros para não haver desaceleração de políticas; das ações culturais; do ativismo cultural; da desarticulação e descentralização de "poderes", continuar refletindo sobre a construção de representatividades nos espaços de discussões; construção de novas redes e fortalecimento das já existentes.

Então, desses eventos podemos também refletir sobre por que atualmente se discute tanto sobre novos modos de produção cultural alternativos? É nítido que novos modos de produção estimulam o desenvolvimento de uma nova economia. Uma reflexão de Calabre (2007), pesquisadora da área de estudos em política cultural, nos orienta sobre essa questão quando destaca que,

na década de 1990, novas questões se colocam para o campo da produção cultural. Tornam-se mais comuns os estudos e as discussões sobre as relações entre economia e cultura. O campo da economia da cultura ainda é visto com uma enorme desconfiança por diversos setores. No caso promoção da diversidade, por exemplo, estão envolvidos fortes interesses econômicos que dizem respeito ao comércio internacional de bens e serviços culturais (CALABRE, 2007, p. 10).

Ela, ao citar o programa de governo elaborado na campanha do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010), nos informa que a área da economia da cultura abrange tanto “a indústria de entretenimento como a produção e difusão das festas populares e objetos artesanais, ou seja, é a área capaz de gerar ativos econômicos independentemente de sua origem, suporte ou escala”. Logo, mostra que o governo buscou produzir informações que contribuíssem para visibilizar ativos econômicos.

A institucionalização da política cultural no Brasil é uma área de práticas e estudos recentes. Ou seja, um campo em construção com características dos tempos atuais (Calabre, 2007), mas, há o fato

de que muitas ações não são necessariamente tratadas como políticas culturais. Ocorriam relações tensas entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral por meio de atos isolados. Nas décadas de 1930 e 1940 existiram alguns trabalhos que abordaram a ação do estado sobre a cultura.

De fato, o processo histórico no Brasil mostra que intervenções ocorreram de forma pontual, isolada e restrita enquanto deveriam ocorrer de forma articulada, sistemática e continuada via atividades promovidas tanto pelo estado quanto pela academia e por atores/grupos culturais mobilizando meios, instrumentos e recursos. Com os estudos de Antônio Albino Rubim (2007), professor, pesquisador e autor de reflexões sobre produção cultural no Brasil foi possível visualizar e entender que o itinerário das políticas culturais se consolidaram a partir de "tristes tradições" e "enormes desafios" com ele define. Sobre as "tristes tradições" ele sintetiza em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Mas, apesar da "vida prejudicada" da cultura, foi a partir do Governo Lula, sobretudo, da gestão do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que políticas culturais se tornaram efetivas, crescendo de forma contrária à tradição autoritária e instável, assim, conseguindo incluir mecanismos de incentivo à cultura a partir de uma lógica de integração e participação social.

A ideia de abrangência, desafio de continuidade e de articulação dos caminhos percorridos, marcou a gestão do ministro Gil na tentativa de ampliar o registro de diversas culturas a partir de uma atuação ativa do estado em conexão com a sociedade. O conceito de abrangência da cultura se deu de modo "antropológico" pela necessidade de abrir fronteiras para outras modalidades de cultura; afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientação sexuais, das periferias, da mídia audiovisual e das redes informáticas como pontua Rubim. Assim, por meio do uso desse conceito, se expande a noção de cultura democratizando e "fugindo" da noção elitista e discriminadora existente na tradição das políticas de cultura brasileira. A proposição do artista ministro unifica a formulação de políticas culturais com o fazer cultura.

Corroborando com toda essa discussão, uma análise apresentada em 2015 sobre o estudo da cultura no Brasil a partir do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)⁷ em que as autoras destacam, ainda na nota introdutória do artigo, um breve resumo dos avanços e da importância das atividades culturais.

No campo econômico, a geração de riquezas promovida pelas indústrias do simbólico começa a galgar protagonismo na contabilidade da produção econômica mundial (estimativas do Banco Mundial apontam para o fato de que cerca de 7% PIB mundial advém de atividades culturais) a ponto de serem consideradas como uma importante alternativa de desenvolvimento dos países. Tal expressividade econômica da cultura ensejou a formulação (não só por acadêmicos, mas também

⁷ O estudo é sobre a análise do perfil do evento científico citado, o qual é realizado pela Universidade Federal da Bahia desde 2005.

por agentes outros como governos e organismos internacionais) de novas categorias de entendimento tais como “economia da cultura”, “economia criativa” ou “economia do conhecimento” como tentativa de compreensão do fenômeno de crescimento impressionante da produção, circulação e consumo de bens simbólicos (PITOMBO; RUBIM; SOUZA, 2015, p. 1).

Mesmo com essa "herança" que se estabeleceu nesses últimos anos à área da cultura, vistos nas atuais propostas de programas e projetos de políticas culturais e estudos acadêmicos, é preciso estar atento às armadilhas simbólicas por detrás da ordem dos discursos e relações de forças em todos âmbitos institucionalizados ou não. Por isso, atentamos-nos em observar se, de fato, o estado e a academia concebem ações que realmente potencializam a participação política e cultural respeitando os desdobramentos e fomentando, também, as proposições que devem resultar em alguns objetivos esperados pelos participantes.

Com efeito, espaços criados para a escuta dos produtores de cultura sejam em forma de *fóruns, conferências, encontros, colóquios* ou em *cursos de formação* são uma forma de criar um canal de diálogo, um espaço público de debate. Essa relação ajuda a construir políticas a partir de projetos coletivos sendo isso, um dos possíveis caminhos a serem seguidos nesse processo de construção de políticas de longo prazo envolvendo os agentes que serão atingidos por tais políticas. Pois, "[...] os produtores, os agentes, os gestores culturais, os artistas, o público em geral, também vêm buscando formas de participar e de interferir nos processos de decisões no campo das políticas públicas culturais" (CALABRE, 2007, p. 11).

O *Curso de Formação*, ao propor compartilhar conhecimentos sobre políticas culturais e suas variadas teias de conceitos e temáticas, contribui para o entendimento do que seja produção cultural, política cultural, atuação em rede e impulsiona a participação política e cultural mais efetiva; o entendimento dos desafios, embargos, possíveis saídas, perigos, retrocessos e desenvolvimento da cultura. E, mesmo sendo um curso ofertado de forma "gratuita" e percebido um grande número de pessoas de diversos setores, sobretudo, da cultura, ainda é complexa a participação de produtores locais e independentes por se tratar de um curso, de certa forma, longo e realizado na capital. Sendo assim, muitos contam com o compartilhamento de informações e aprendizagens via seus gestores ou agentes culturais ou mesmo dos materiais textuais disponibilizados no curso para disseminação de conhecimentos.

Desse mesmo modo, o *Colóquio* se configurou como uma importante ação de escuta, debate e formação já que na oportunidade, no próprio evento, houve espaço para tecer reflexões teóricas e metodológicas sobre o modo de produção proposto e da identificação de problemas da localidade a serem vistos como possíveis objetos de pesquisas. Com essa problematização, muitas pautas emergiram: valorização das identidades, contribuição da academia com o fortalecimento das

discussões, proposições de possíveis soluções de questões locais e sugestão de formação na escola da coletividade do Buri a partir da ação de professores e estudantes universitários.

Quanto aos desdobramentos das reflexões sobre como fortalecer as ações locais a partir das práticas dos agentes culturais como os produtores independentes do beiju, por exemplo, observamos a partir das intervenções via discurso que passos estão sendo dados. De forma prático-discursiva, o que se está construindo por meio do Programa Pós-Crítica/UNEB na área de Letras pautados nos Estudos Culturais e Estudos Descoloniais, acreditamos ser uma grandiosa influência e um outro modo alternativo de empreender a produção cultural, sobretudo a do município de Alagoinhas no qual o Programa está inserido. Sem falar no compromisso da turma organizadora dessa ação, nesse semestre, que se colocaram dispostos a dar continuidade ao trabalho no Buri já que o percurso de pesquisa e permanência no Programa continua nos semestres seguintes. Quem sabe não será construído uma rede permanente de discussão e participação mútua (Academia e Coletividade do Buri) e/ou dos coletivos/alunos/professores que participaram dos *Colóquios* anteriores sugerindo mais essa linha de trabalho no próximo evento como forma de fazer avançar ainda mais a produção cultural alternativa de Alagoinhas?

No *Encontro*, percebemos o empoderamento dos agentes, gestores e ativistas da cultura nos debates, na formulação de proposições e questionamentos ao deflagrar embates às propostas do Estado demonstradas por seus representantes. De forma aparentemente mais efetiva no que tange a continuação de trabalhos após participação presencial em eventos, acreditamos que pode se configurar como resultado e contribuição para fortalecer participações, descentralizamento de poderes, conquista de espaço de escuta, entre outras coisas, o desdobramento que ocorreu após o I Fórum de Gestores Sociais de Cultura⁸. A continuação do debate conforme proposta pactuada foi o fórum virtual onde a gestão dessa rede será compartilhada entre a SecultBa e a sociedade civil. A rede formada procede de forma participativa, agora, em rede *online*.

Contudo, percebemos que ainda participam dessa Rede apenas gestores e agentes culturais institucionalizados. Embora, um dos princípios construído coletivamente é que "a Rede respeitará e valorizará a diversidade das organizações, considerando suas peculiaridades, objetivos institucionais e limites" e irá "agir a partir da contribuição voluntária e colaborativo de pessoas ligadas a área da cultura". Ou seja, os gestores continuam ainda com a função de consultar e propagar conhecimentos

⁸ "O objetivo é lutar por políticas públicas socioculturais e melhores condições para o fomento, acesso e difusão cultural na Bahia. A Rede GSCultura Bahia é um espaço virtual que promove o debate, a interação, a troca de experiências e a divulgação entre gestores sociais do estado da Bahia, além de ser o responsável por pautar o Fórum de Gestores Sociais de Cultura da Bahia e por organizar o Encontro Estadual de Gestores Sociais de Cultura da Bahia". Descrição que faz parte da Carta de Princípios para nortear a Rede e os participantes.

para outros agentes culturais, mas não seria interessante criar então, um fórum de produtores alternativos para que as duas redes tenham força propositiva, autônoma e se unam? Acreditamos que isso se faz necessário para contribuir com que profissionais independentes da cultura possam participar de forma mais efetiva de discussões políticas. Houve uma sugestão para a Rede de Gestores buscarem formas de incluir produtores alternativos de cultura, os quais realizam, fomentam e circulam seus modos de produção que participem dos processos, saibam dos eventos e se envolvam de alguma forma.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Os eventos se configuraram como uma outra forma de gestão ao criar canais de participação democrática a partir de um modo de produção ora formal/institucional/acadêmico e ora informal/dialógico/coletivo/alternativo criando condições para emergir ideias e metas. Assim, contribuem com a descentralização de poderes e emancipação dos agentes, gestores, produtores, professores e coletivos de cultura e possibilitam criar uma rede de contatos para fortalecimento dos grupos, de ações e para troca de experiências.

As características distintas dos eventos e seus modos de produção não impossibilitam criar condições para ampliação de conhecimentos, debates, novas proposições e acompanhamento das mesmas. Talvez fosse necessário criar um espaço de retomada das discussões anteriores para mensurar o que foi resolvido ou o que deixou a desejar, isso, como um espaço permanente.

Os modos de produção alternativos não se configuraram como pauta principal explícita na *Formação* e no *Encontro*. No *Colóquio*, o seu desenho, tema central e convidados constituem uma discussão com esse foco. Para participarem da *Formação*, caso produtores alternativos façam parte de redes ou grupos ou tomem ciência do acontecimento, ou possam arcar com os custos de ir ao curso, talvez assim consigam adquirir esses conhecimentos.

O *Colóquio*, de fato aproxima a academia da comunidade para além da acadêmica, faz emergir pautas, problemáticas, proposições e nos dá pistas de como se configura um novo modo de produção e empreendê-lo mesmo no "caos" institucional. A retomada das discussões não avançou para rede *online*, mas acontecerá quando a turma retomar as ações no IX *Colóquio* onde críticas e proposições sejam retomadas e façam parte do novo cronograma de ação. Como o *Encontro*, enquanto instância gerencial do Estado, houve desdobramentos como percebido num dos Fóruns que deu continuidade aos pactos firmados com gestores culturais, porém, ainda não sabemos as limitações que essa parceria enfrentará.

Os eventos, realmente possibilitam criar condições para ações afirmativas, modos alternativos de produção ocorram ou tenham intenções problematizadas. Assim, ecoam-se vozes, cuja participação de quem se posiciona frente ao espaço de fala é fundamental para implementação de novas ações mais próximas do que se espera. Mas é válido ressaltar que não sabemos ainda, por exemplo, se a atuação do estado via o *Encontro* se coloca de forma a apenas disciplinar ações, se as formações impactam no exercício/prática dos agentes de cultura, uma vez que percebemos que o campo da produção cultural ainda está se estruturando, ou melhor, sendo arrumado via a militância cultural, problematizações da academia e via políticas públicas de cultura. Quanto à academia pensamos que os próprios alunos e pesquisadores ao participarem desses momentos poderiam caminhar numa tentativa de fomentar a discussão das lacunas, ou mesmo, propor ou inventar saídas, linhas de fugas frente ao que se problematiza sobre novos modos de produção dos eventos culturais e novos modos de viabilizar cada vez mais a participação de produtores de cultura alternativos que atuam de forma independente e podem ficar de fora de eventos como os discutidos neste artigo.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: *III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: Ufba, 2007.

EAGLETON, Terry. Versões da cultura. Trad. Sandra Castello Branco. In: *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 9-50.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996, 79 p.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1997.

MUNICÍPIOS CULTURAIS. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/>>. Acesso em: 18 set, 2016.

PITOMBO, Mariella; RUBIM, Lindinalva; SOUZA, Delmira Nunes. *Estudos da Cultura no Brasil: análise a partir do ENECULT*. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/>>. Acesso em: 19 set 2016.

RUBIM Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179 p. (Coleção CULT).

